

Galvêas diz que Brasil pedirá

JANOS LENGYEL
Correspondente

DAVOS, Suíça — O Brasil deverá precisar de um novo empréstimo-jumbo de US\$ 4 bilhões em 85 e iniciará, dentro de três ou quatro meses, as negociações com os bancos credores e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o refinanciamento das parcelas da sua dívida externa que vence, no ano que vem, informou ontem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

Em discurso no simpósio do "European Management Forum", o Ministro falou sobre as medidas que o Governo vem tomado para reequilibrar a economia e reconquistar a confiança internacional.

— O Brasil fez e continua fazendo sua parte para o restabelecimento

da confiança, com decisão e coragem. Estou convencido de que o País sairá da crise mais forte do que nunca, com uma economia completamente ajustada e dependendo cada vez menos dos recursos externos, livre, enfim, da pressão terrível de precisar importar energia.

Galvêas destacou a importância do "pacote" de US\$ 28,3 bilhões que o País acaba de firmar com cerca de 670 bancos internacionais e que lhe dará condições de pagar os atrasados de 83 e contas externas em 84. O "pacote", relatou, incluiu um jumbo de US\$ 6,5 bilhões, o refinanciamento da dívida de US\$ 5,5 bilhões de 84, e o compromisso formal dos bancos de que manterão o crédito interbancário ao nível de US\$ 6 bilhões e de que concederão US\$ 10,3 bilhões em linhas de crédito comercial.

Galvêas voltou a protestar contra os juros elevados e o protecionismo dos países industrializados "dois fatores que "ainda representam um freio para a recuperação econômica" brasileira. E pediu uma participação mais ativa dos organismos internacionais dos governos e dos bancos centrais para o reescalonamento da dívida externa do País. Criticou também a atuação do FMI:

— A grande deficiência do Fundo é que ele só age de um dos lados, impondo suas condições aos países endividados, sendo impotente no outro, em relação aos países que empistem. O FMI não tem poder algum, por exemplo, de intervir junto aos Estados Unidos para forçar a redução dos juros ou conseguir uma forma menos onerosa para a concessão de créditos.

US\$ 4 bilhões para 85